

# Índice

---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	6
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas	9
<b>Pareceres e Declarações</b>	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	17

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	298.221	288.299
1.01	Ativo Circulante	42.025	29.312
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.140	10.215
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.056	597
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	14.056	597
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	14.056	597
1.01.03	Contas a Receber	12.846	13.738
1.01.03.01	Clientes	12.846	13.738
1.01.04	Estoques	348	567
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.729	3.719
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.729	3.719
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.574	87
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.332	389
1.01.08.03	Outros	2.332	389
1.02	Ativo Não Circulante	256.196	258.987
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.761	7.268
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.761	7.268
1.02.03	Imobilizado	248.288	251.523
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	226.799	232.350
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	21.489	19.173
1.02.04	Intangível	147	196
1.02.04.01	Intangíveis	147	196

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	298.221	288.299
2.01	Passivo Circulante	92.311	79.543
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.827	10.352
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.866	6.554
2.01.01.01.01	Salários e Ordenados	231	359
2.01.01.01.02	Provisão de Férias e Décimo Terceiro	8.635	6.195
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.961	3.798
2.01.02	Fornecedores	10.412	19.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.412	19.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.818	7.474
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.888	4.455
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	232	1.586
2.01.03.01.02	Encargos Próprios	806	1.576
2.01.03.01.03	Retenção de Encargos de Terceiros	850	1.293
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.930	3.019
2.01.05	Outras Obrigações	64.254	41.922
2.01.05.02	Outros	64.254	41.922
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	41.929	29.511
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	5.408	3.335
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	16.917	9.076
2.02	Passivo Não Circulante	137.454	132.859
2.02.02	Outras Obrigações	94.991	93.827
2.02.02.02	Outros	94.991	93.827
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas	42.195	41.945
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Federais	0	3
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais Municipais	52.796	51.879
2.02.03	Tributos Diferidos	7.761	7.994
2.02.04	Provisões	6.825	2.069
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.825	2.069
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.300	1.664
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.525	405
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	27.877	28.969
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	27.877	28.969
2.03	Patrimônio Líquido	68.456	75.897
2.03.01	Capital Social Realizado	131.790	131.790
2.03.02	Reservas de Capital	17.409	10.404
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	17.409	10.404
2.03.03	Reservas de Reavaliação	123.465	124.199
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-204.208	-190.496

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.151	106.117	35.575	125.838
3.03	Resultado Bruto	33.151	106.117	35.575	125.838
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.865	-123.469	-42.528	-138.676
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.865	-123.469	-42.528	-138.676
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.714	-17.352	-6.953	-12.838
3.06	Resultado Financeiro	2.918	1.319	-985	-4.223
3.06.01	Receitas Financeiras	4.922	6.292	708	1.866
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.004	-4.973	-1.693	-6.089
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-796	-16.033	-7.938	-17.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-796	-16.033	-7.938	-17.061
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-796	-16.033	-7.938	-17.061
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-796	-16.033	-7.938	-17.061
4.02	Outros Resultados Abrangentes	245	734	245	734
4.03	Resultado Abrangente do Período	-551	-15.299	-7.693	-16.327

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.532	-7.446
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.872	-8.193
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.126	16.184
6.01.03	Outros	1.278	-15.437
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.153	-15.527
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.005	10.400
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.384	-12.573
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.812	15.969
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.196	3.396

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	131.790	10.404	0	-190.496	124.199	75.897
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.587	0	1.587
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	131.790	10.404	0	-188.909	124.199	77.484
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.005	0	0	0	7.005
5.04.01	Aumentos de Capital	0	7.005	0	0	0	7.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.033	0	-16.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.033	0	-16.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	734	-734	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	966	-966	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-232	232	0
5.07	Saldos Finais	131.790	17.409	0	-204.208	123.465	68.456

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	120.857	10.937	0	-178.373	125.178	78.599
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-15.437	0	-15.437
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.857	10.937	0	-193.810	125.178	63.162
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.933	-533	0	0	0	10.400
5.04.01	Aumentos de Capital	10.933	-533	0	0	0	10.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.061	0	-17.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.061	0	-17.061
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	734	-734	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	966	-966	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-232	232	0
5.07	Saldos Finais	131.790	10.404	0	-210.137	124.444	56.501



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
7.01	Receitas	118.905	137.490
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	119.708	139.391
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-803	-1.901
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.477	-77.814
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.428	59.676
7.04	Retenções	-5.437	-4.213
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.437	-4.213
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.991	55.463
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.292	1.745
7.06.02	Receitas Financeiras	6.292	1.866
7.06.03	Outros	0	-121
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	55.283	57.208
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	55.283	57.208
7.08.01	Pessoal	47.867	43.951
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.389	23.972
7.08.02.01	Federais	14.667	20.978
7.08.02.03	Municipais	7.722	2.994
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.060	6.346
7.08.03.01	Juros	1.060	6.346
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.033	-17.061
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.033	-17.061

## Notas Explicativas



### SÃO PAULO TURISMO S.A.

#### Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações financeiras: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 – Intangível; CPC 12 – Ajuste a Valor Presente; CPC 16 – Estoques; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros; CPC 24 – Evento Subseqüente; CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 30 – Receitas; CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

##### 2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76, foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03, aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03).

## Notas Explicativas



### 2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

### 3. Principais práticas contábeis

- a) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o terceiro trimestre de 2013 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- b) Clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A Cia constituiu perdas prováveis sobre o valor dos créditos que possuem liquidação duvidosa;
- c) Almojarifado - Os itens mantidos no almojarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- d) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 4, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01).
- e) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04);
- f) Redução ao valor recuperável – A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o ano de 2012 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01).
- g) Adiantamentos de clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta refere-se ao montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- h) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

**Notas Explicativas**

- i) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- j) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).
- k) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07 a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

**4. Imobilizado**

	Taxas anuais			Líquido	
	de depreciação	Custo Atualizado	Depreciação acumulada	30/09/2013	31/12/2012
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	104.166	(19.930)	84.236	86.756
Túnel de serviços	4,14%	4.287	(1.201)	3.086	3.220
Estacionamento	3,45%	5.896	(1.690)	4.206	4.463
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.010	(838)	2.172	2.264
Instalações	10%	18.430	(10.569)	7.861	8.578
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.625	(3.044)	2.581	3.807
Veículos	20%	768	(663)	105	170
Móveis e utensílios	10%	6.863	(5.474)	1.389	1.705
Outros ativos fixos	20% e 10%	1.683	(1.643)	40	44
Construções em andamento	-	21.489	-	21.489	19.393
		<b>293.340</b>	<b>(45.052)</b>	<b>248.288</b>	<b>251.523</b>

**Notas Explicativas**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	251.523
Adições	
Edifícios e benfeitorias	29
Instalações	33
Móveis e utensílios	25
Máquinas e equipamentos	5
Outros ativos	7
Construções em andamento	2.168
Total das adições	<u>2.267</u>
Baixas	
Equipos. Proc. Eletr. Dados/Constr. Adto.	(114)
Depreciações	<u>(5.388)</u>
Saldos no fim do exercício	<u><b>248.288</b></u>

#### Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico, CPC nº 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, bem como não identificou eventos ou mudanças de circunstâncias, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Esclarecemos que não foi elaborado o laudo para o terceiro trimestre de 2013, tendo em vista que a periodicidade de disponibilização deste relatório pela Companhia é anual.

#### 5. Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003 o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, na qual está incluída a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária da São Paulo Turismo S/A, onde o total

**Notas Explicativas**

da dívida da PMSP e suas empresas, incluindo a São Paulo Turismo S/A, estão sendo pagas através da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação foi ajustado o parcelamento em 240 meses, onde a São Paulo Turismo S/A participa com um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP. Os montantes pagos no terceiro trimestre de 2013 e no terceiro trimestre de 2012 foram respectivamente R\$ 427 e R\$ 342. Desde a consolidação, foram pagas 128 parcelas. O saldo devedor, de R\$ 43.695 incorpora juros baseados na TJLP, calculados até 30/09/2013.

**6. Obrigações tributárias**

Em 23/06/2006 a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações desde 1991 para o IPTU, e desde 1997 para o ISS foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Nos terceiros trimestres dos anos de 2013 e 2012 foram pagos R\$ 668 e R\$ 623 respectivamente.

As obrigações para com a Receita Federal relativas à COFINS em atraso foram incluídas no Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei Federal 10.684/03, em 30/07/2003, com pagamento em 180 parcelas. Em 19/11/2009 o saldo remanescente deste parcelamento foi objeto de adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. Como consequência, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios da redução de multas, juros e honorários. Os montantes pagos nos terceiros trimestres de 2013 e 2012 foram respectivamente R\$ 0 e R\$ 944. O saldo devedor incorporou juros baseados na SELIC, e foi liquidado em dezembro 2012.

**7. Provisões para contingências**

**7.1.** Em 2013, a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas, em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

<b>Tipo de Ação</b>	<b>Não Circulante</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ações Trabalhistas	1.300	1.665
Ações – Civis (*)	5.525	404
<b>Totais</b>	<b>6.825</b>	<b>2.069</b>

**Notas Explicativas**

(\*) Provisionado na conta fornecedores (Ética Recursos Humanos e Serviços Ltda.) R\$ 1.399 e contingência R\$ 5.120. Valor total da ação R\$ 6.520.

**7.2. Contingências com possíveis perdas**

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo em 31/12/2012:

<b>Tipo de Ação</b>	<b>2013</b>
Ações Trabalhistas	2.822
Ações Cíveis (*)	49.311
<b>Totais</b>	<b>52.133</b>

(\*) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança nº 000040272877 movido por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo. Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 39.295 em 31/12/2012, foi avaliado como de possível perda.

**8. Receita diferida – ISS/IPTU**

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

**Notas Explicativas****9. Capital social**

	Quantidades em 30/09/2013			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	30/09/2013	2012
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.971	199.971
A subscrever (*)	(1.690.889)	(666.714)	(2.357.603)	(67.923)	(67.923)
	4.463.716	119.704	4.583.420	132.048	132.048
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	<b>4.460.348</b>	<b>114.095</b>	<b>4.574.443</b>	<b>131.790</b>	<b>131.790</b>

**10. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade**

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30, aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida, representa o montante da Receita Bruta deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	30/09/2013	30/09/2012
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>117.432</b>	<b>139.521</b>
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(10.723)	(13.554)
	<b>106.709</b>	<b>125.967</b>
Deduções da receita bruta	(592)	(129)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>106.117</b>	<b>125.838</b>



**Notas Explicativas****11. Seguros (não auditado)**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

<b>Objeto do seguro</b>	<b>Modalidade</b>	<b>2013</b>
Imobilizado: Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	101.500
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado

**12. Autorização de conclusão das Demonstrações Financeiras**

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Domério Nassar de Oliveira, a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 09 de novembro de 2013.

## **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**

SÃO PAULO TURISMO S/A

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Nº 438/2013

3º TRIMESTRE 2013

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
SÃO PAULO TURISMO S/A.  
São Paulo – SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da São Paulo Turismo S/A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nesta data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela

Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Opinião sobre as informações intermediárias

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SÃO PAULO TURISMO S/A. em 30 de setembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nesta data, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

Revisamos, também, as informações intermediárias individuais do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo, em 30 de setembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2013.

---

HUGO FRANCISCO SACHO  
CRC – 1SP 124.067/O-1

---

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC – 2SP 017.676/O-8